

Mesa Redonda 1 - Bacias Hidrográficas: Efetividade das políticas públicas de recursos hídricos no Brasil: o triste caso do Código Florestal

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECURSOS HÍDRICOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O CASO DO RIO MADEIRA**

Philip M. Fearnside

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA - Av. André Araújo, 2936 - 69060 -000 Manaus, Amazonas

- email: pmfearn@inpa.gov.br

O processo de tomada de decisão sobre a construção de hidrelétricas na Amazônia será fundamental para moldar o futuro desta região, onde dezenas de barragens são planejadas que converteriam a maior parte dos afluentes do rio Amazonas em cadeias de reservatórios. As barragens de Santo Antônio e Jirau, em construção no rio Madeira, terão impactos significativos, incluindo inundações na Bolívia, devido ao estiramento do remanso superior do reservatório Jirau. Os reservatórios eliminam os ecossistemas naturais, e a barragens bloqueam a migração de peixes que afetam tanto a biodiversidade e a produção comercial, especialmente dos grandes bagres do rio Madeira, que representam recursos importantes na Bolívia e Peru, bem como no Brasil. Alterações nos regimes hídricos nos lagos de várzea a jusante das barragens também pode afetar a pesca. A metilação de mercúrio e a emissão de gases de efeito estufa são problemas adicionais. Os projetos das barragens para vender crédito de carbono aumentam o impacto no aquecimento global, sendo que as barragens estão sendo construídas independentemente deste subsídio, e os países que compram o crédit poderão, portanto, emitir gases sem que o impacto deles seja compensado por uma redução verdadeira de emissão no Brasil. Os reservatórios formam parte de uma série planejada de hidrovias que, se concluído, abriria grandes áreas na Amazônia boliviana para plantio de soja, estimulando assim o desmatamento. As barragens têm impactos sociais significativos, inclusive deslocando a população ribeirinha e a eliminação de meios de subsistência da pesca. As barragens oferecem indicações úteis sobre a necessidade de reformar o processo de tomada de decisão para tais projetos no Brasil e em muitos outros países.